

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA BPC NA ESCOLA

CADERNO 2

RECOMENDAÇÕES PARA FAZER AVANÇAR O BPC NA ESCOLA



Ministério do Desenvolvimento Social
Secretaria Nacional de Assistência Social

Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - Programa BPC na Escola.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

1ª versão
Brasília-DF, 2018

1. RECOMENDAÇÕES PARA FAZER AVANÇAR O BPC NA ESCOLA	7
1.1. A instância estadual no BPC na Escola	8
1.2. Ampliando a intervenção do BPC na Escola no âmbito municipal	13
1.2.1 O Questionário de Identificação de Barreiras: escuta para gerar vínculos .	17
<i>Busca ativa para garantir direitos</i>	19
<i>Ter disponibilidade para escutar e acolher</i>	20
<i>Cuidando das formas de comunicação</i>	23
<i>Respeitando a história e trajetória das pessoas</i>	24
<i>Reconhecendo autonomia e fortalecendo protagonismo</i>	28
<i>Entrar em contato com a família em ocasião anterior à visita</i>	28
<i>Usar linguagem clara e acessível</i>	29
<i>Estar preparado para se deparar com situações desconhecidas</i>	29
<i>Considerar demandas de atenção trazidas pela família</i>	30
1.2.2. Diagnóstico de inclusão: informações sistematizadas gerando conhecimento	31
<i>Diagnóstico: instrumento para orientar ações</i>	34
1.2.3. Acompanhando a inclusão: a contribuição do BPC na Escola para qualificar políticas públicas	36
<i>Diferentes formas de acompanhamento: a escala do Programa</i>	37
<i>Acompanhar intersetorialmente para monitorar a inclusão</i>	40
<i>Ações de comunicação acessível para tornar desproteções visíveis</i>	43
<i>Educação Permanente para qualificar a atenção</i>	45

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Nacional de Assistência Social apresenta com muita satisfação este **CADERNO 2: RECOMENDAÇÕES PARA FAZER AVANÇAR O BPC NA ESCOLA**. A proposta é dar continuidade a abordagem contida no CADERNO 1, que aprofundou as considerações sobre o estágio atual do Programa BPC na Escola e os seus fundamentos e conceitos. Assim, na continuação das orientações técnicas, o Caderno 2 propõe insumos e reflexões que contribuirão para o desenvolvimento e o avanço dos compromissos e o alcance dos objetivos desse Programa Intersetorial.

Inserido no campo do Sistema Único de Assistência Social/SUAS este Caderno destaca ações de duas naturezas: aquelas de característica intersetorial e, portanto, que podem ser desenvolvidas por qualquer política pública e as ações próprias da assistência social.

Toma-se por fundamento que o trabalho profissional é criação cotidiana, que se estabelece a partir da interação entre os referenciais das profissões, em diálogo com as normativas das políticas públicas e considerando as especificidades de cada território e dos usuários e usuárias da política de assistência social. Desse modo, oferece-se ferramentas ou estratégias como recomendação, a pertinência delas para cada realidade e seu detalhamento em procedimentos de trabalho, são justamente a tarefa das equipes do SUAS ao assumir as responsabilidades dessa política pública.

Convidamos a todas/todos à leitura do Caderno 1 e deste Caderno 2 que conjuntamente ofertam material de orientação e reflexão para o avanço do Programa BPC na Escola e conseqüentemente alcance e inclusão social das pessoas com deficiência e suas famílias.

INTRODUÇÃO

A concepção de caderno de orientações aqui presente é aquela que entende que orientações técnicas não são receitas ou respostas prontas para o enfrentamento de desafios do cotidiano de implementação de ações públicas, mas sim, ofertam subsídios para adensar e estimular a reflexão sobre esses desafios. Tais insumos para além das construções normativas estão, nesse caso, fortemente assentadas em sistematização de algumas experiências profissionais que contribuirão para ampliar a inclusão de pessoas com deficiência e que podem ser classificados em um ou mais eixos do Programa, a saber:

- 1. identificação dos beneficiários do BPC até 18 anos que estão dentro e fora da Escola;**
- 2. identificação das principais barreiras para o acesso e permanência na Escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC;**
- 3. realização de estudos e desenvolvimento de estratégias conjuntas para superação destas barreiras;**
- 4. acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa.**

Ressalte-se que ao longo desses mais de dez anos de implementação do Programa BPC na Escola, as normativas do Programa foram adensando a sua natureza intersetorial, de modo que na atualidade a nomenclatura mais coerente com os objetivos, desafios e mesmo normativas técnicas em vigor seria *BPC nas políticas setoriais* ou algo dessa natureza. Ou seja, todas as ações do Programa estão voltadas para a inclusão em diferentes políticas públicas e não somente na escola, embora, seja reservada a essa política uma atenção muito específica e estruturante nas ações do BPC na Escola.

Por ser um caderno de orientações elaborado no âmbito da política de assistência social, embora em diálogo com demais políticas setoriais, as questões específicas da proteção de assistência social, ganham especial relevância nesse produto. Desse modo, as ações intersetoriais¹ serão tratadas

¹ São competências que devem ser compartilhadas, entre os diferentes atores participantes do Programa BPC na Escola, e desenvolvidas por meio de estratégias articuladas, com o intuito de superar as barreiras identificadas pelo Questionário no âmbito local, e efetivar o atendimento integral das crianças e adolescentes beneficiárias do BPC nos serviços, projetos, benefícios e programas ofertados pelas diversas

rigorosamente nessa dimensão, ou seja, não são responsabilidade específica e/ou exclusiva dessa ou daquela política pública. São intersetoriais, portanto, quaisquer áreas podem desenvolvê-las a depender do conhecimento institucional existente, ou do desejo de desenvolver competências nessa ou naquela direção e, naturalmente, a depender das condições estruturais para fazê-lo.

Mas para as ações de assistência social, o tratamento dado aqui não é o mesmo. A tarefa assumida visa explicitar a natureza distinta e específica da proteção de assistência social aos beneficiários do BPC e suas famílias e, para tanto, sempre que possível, o Caderno buscou enfatizar, em seus conteúdos, as especificidades dessa política pública.

Há que se considerar que esse caderno de orientações técnicas foi elaborado no contexto da vigência e implementação das ações previstas no II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026) e que propõe, ao término desse período, *a proteção social para todos/as os/as brasileiros e brasileiras*. Destaque-se essa condição, pois a aposta que orienta as escolhas de conteúdos e de abordagens metodológicas desse documento, se assenta na lógica de ampliação das ações do Programa BPC na Escola para dar materialidade à direção política e ética nele presente e destacar sua sinergia com os movimentos necessários para fortalecer o Sistema Único de Assistência Social – SUAS na próxima década.

Cabe ainda ressaltar, que face a grandes e importantes desafios presentes na execução do Programa BPC na Escola não é possível respondê-los exclusivamente no âmbito de um caderno de orientações técnicas. Mas, a despeito dessa evidente limitação, publicações desse tipo podem fortalecer a direção política de alargamento de proteção, e podem, na divulgação de experiências em curso, ofertar repertórios que fomentem a reflexão de trabalhadores/as e gestores/as para fazer avançar suas intervenções e rediscutir concepções que as orientam.

políticas públicas, envolvidas com a temática da pessoa com deficiência, prioritariamente, de Educação, de Saúde, de Assistência Social e dos Direitos Humanos.

1. RECOMENDAÇÕES PARA FAZER AVANÇAR O BPC NA ESCOLA

Os aspectos aqui levantados são fruto do diálogo com profissionais e gestores de vários lugares do país que atuam com o Programa BPC na Escola, esses diálogos permitiram que levantássemos os desafios atuais do Programa, mas também permitiram uma aproximação com estratégias adotadas pelas equipes para enfrentar esses desafios. A perspectiva é adotar esses insumos para um aprendizado institucional que olhe para os desafios de forma propositiva e proativa.

Outro aspecto importante é considerar que essa produção foi formulada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social/SUAS, portanto as ações prioritárias aqui destacadas são de duas naturezas: aquelas de característica intersetorial e, portanto, que podem ser desenvolvidas por qualquer política pública e as ações próprias da assistência social. Não trataremos aqui da especificidade da Saúde, da Educação e da Política de Defesa de Direitos Humanos, por entender que cabe a essas políticas apontar suas especificidades, o que certamente acontecerá em produções técnicas posteriores a essa.

Há ainda outro aspecto a ser destacado é que esse caderno não pretende fazer um passo-a-passo, ofertando uma receita de práticas exitosas e que podem, ou devem ser replicadas em outras localidades. O entendimento é que trabalho profissional é criação cotidiana, que se estabelece a partir da interação entre os referenciais das profissões, em diálogo com as normativas das políticas públicas e considerando as especificidades de cada território e dos usuários e usuárias da política de assistência social. Desse modo, oferece-se ferramentas ou estratégias como recomendação, a pertinência delas para cada realidade e seu detalhamento em procedimentos de trabalho, são justamente a tarefa das equipes do SUAS ao assumir as responsabilidades dessa política pública.

E, por fim, considera-se importante destacar que, no âmbito do SUAS os Programas são estratégias para aperfeiçoar o alcance dos serviços socioassistenciais, não concorrem com eles e tampouco fazem ações que a eles

se sobrepõem, nesse sentido, as recomendações aqui buscam potencializar os serviços e definir um escopo próprio do Programa para caminhar nessa direção, independente se o agente público que as realize componha ou não as equipes dos serviços. Nesse caso, a vinculação institucional não é determinante ou condicionante da atenção, mas sim, a capacidade de responder às particularidades da intervenção do Programa.

Assim, ao retomar as pactuações presentes nas normativas do Programa pode-se observar que há um fluxo definido e que, espera-se esteja em operação naquelas localidades que já o implantaram, como também é fundamental lembrar do Protocolo de Gestão Articulada entre Serviços e Benefícios, aprovado em 2009, e que guarda absoluta sinergia e relação com os propósitos e modos de funcionamento do Programa BPC na Escola.

Como já apontado, o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estabelece procedimentos para o atendimento de indivíduos e de famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC, dos programas de transferência de renda e dos benefícios eventuais, nos serviços socioassistenciais ofertados pelo SUAS. O Protocolo prevê, entre outras disposições, que as famílias que contam, entre seus membros, com beneficiários do BPC, sejam priorizadas no atendimento e no acompanhamento pelos serviços socioassistenciais.

Cabe ainda destacar que o Programa BPC na Escola não é só intersetorial, ele é também intergovernamental, desse modo iniciamos as recomendações destacando as especificidades da gestão estadual.

1.1. A instância estadual no BPC na Escola

As regulações e o modelo de gestão de cada uma das políticas setoriais responsáveis pelo desenvolvimento do Programa estabelecem o papel do ente estadual, como é o caso do SUS, do SUAS e da Educação. Com base nisto o Termo de Adesão do Programa prescreve as competências dos Estados.

As responsabilidades dos Estados estão claramente consignadas nos sete incisos do Pacto de Adesão, sendo que cinco destas são efetivas, comparando a Unidade Federativa como garantidora de ofertas da Saúde e da Educação, considerando as competências já reguladas sobre cada uma das políticas. Importante ainda anotar que consta o apoio ao desenvolvimento de *ações complementares* para a garantia do objetivo central do Programa, e o desenvolvimento direto de tais ações.

Para que o âmbito estadual responda por suas atribuições no Programa BPC na Escola, uma condição é a **apropriação dos conteúdos e o envolvimento com o Programa, por parte de diferentes interlocutores**. Isto denota o alcance de requisito básico de uma ação intersetorial: conhecimento nivelado do que se pretende alcançar e com que ações, bem como supõe pavimentar um caminho para a **corresponsabilidade**.

Compromissos do âmbito Estadual no BPC na Escola, assumidos na adesão

I - designar o Grupo Gestor Estadual do Programa, seu coordenador e garantir o apoio necessário para o seu funcionamento;

II - apoiar a capacitação dos agentes envolvidos na gestão e execução do PROGRAMA BPC NA ESCOLA, nos Municípios no âmbito de seu território, compreendendo os componentes dos grupos gestores locais e estadual, técnicos responsáveis pela aplicação do Questionário para identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, e outros;

III - garantir o acesso dos beneficiários do PROGRAMA BPC NA ESCOLA aos serviços de saúde e reabilitação do Sistema Único de Saúde - SUS;

IV - garantir a matrícula dos beneficiários do BPC de 0 a 18 anos de idade, em classes comuns do ensino regular, em sua rede de ensino, com prioridade para as localizadas próximas da residência do aluno;

V - garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização;

VI - apoiar os Municípios com ações complementares para garantir o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; e

VII - desenvolver ações complementares ao desenvolvimento do PROGRAMA BPC NA ESCOLA no âmbito do seu território". (Portaria Interministerial nº 1.205/2011).

Nesse sentido, um primeiro aspecto a ser destacado é que indica um diálogo intersetorial mais avançado diz respeito à realização de **ações conjuntas associadas a ações complementares nas diferentes áreas**.

Estamos nos referindo a ações comuns que envolvem todas as áreas e de ações específicas de cada política que complementam o trabalho. Assim, não se encontram fragmentadas. Porquanto, estamos destacando que, desenvolver ações conjuntas denota um avanço na gestão intersetorial que expressa um campo de decisão compartilhada e de criação de dispositivos institucionais para efetivar essas decisões, inclusive na mobilização e disponibilização dos recursos humanos e materiais necessários. Há um planejamento conjunto e uma parceria que respondem pelo mesmo trabalho, deixando de apresentar um protagonismo isolado, seja da assistência social ou de outro setor.

Para que se alcance esse padrão de intervenção, a realização de reuniões é insuficiente. As ações se estendem para além dos encontros e diálogos intersetoriais, embora eles sejam imprescindíveis para gerar planejamento comum entre as diferentes áreas do Estado.

Nesse nível de responsabilidade no âmbito do Programa a ação do Grupo Gestor Estadual é muito estratégica para pactuar ações complementares entre as diferentes áreas de governo envolvidas, assegurando, portanto, que essas diferentes responsabilidades estejam explícitas e sendo assumidas pelas respectivas áreas. Algumas questões se mostram mais desafiantes e, por isso mesmo, mais relevantes, apontaremos a seguir algumas delas.

PLANEJAMENTO INTERSETORIAL. Para assegurar maior efetividade nas ações a serem desenvolvidas e para evitar desperdício de recursos há enorme consenso na literatura especializada em políticas públicas sobre a relevância de processos de planejamento. A partir dessas contribuições bem como a partir da inspiração que práticas em curso oferecem, seguem algumas sugestões para fortalecer o Planejamento Intersetorial no âmbito estadual.

Um planejamento a partir da realidade conhecida. Para que haja essa proximidade com o real, em processos de planejamento, é necessário considerar as informações existentes nos diferentes setores governamentais e a elas somar as levantadas quando da aplicação do Questionário de mapeamento de

barreiras. Lembrando que pelas ferramentas existentes no Sistema do Programa BPC na Escola² é possível, inclusive, construir uma série histórica das situações encontradas nas diferentes regiões do Estado.

Destaque-se que essa é uma questão estratégica fundamental, usar as informações disponíveis e adensá-las a partir daquelas produzidas no próprio Programa.

Planejar considerando a diversidade territorial e o princípio da descentralização. Para que as iniquidades territoriais sejam consideradas na busca da garantia de inclusão, ter em conta as diferenças locais é fundamental; assim, favorecer que os conhecimentos sobre os municípios, que as equipes descentralizadas das diferentes secretarias possuem, sejam considerados nas propostas de ação do Programa BPC na Escola é uma estratégia potente.

Essa aproximação com as equipes do âmbito estadual pode se dar por meio de Seminários e Encontros Estaduais de monitoramento do Programa BPC na Escola, como pode ser desenvolvida por meio de diálogos virtuais, via internet, e análise e sistematização das informações produzidas.

AÇÕES DIRETAS E EFETIVAS NO ÂMBITO ESTADUAL. Para além do planejamento, as equipes estaduais têm ações diretas e efetivas para assegurar o funcionamento do Programa, dentre as quais o principal destaque são: combater barreiras identificadas nos serviços sob sua responsabilidade de execução e apoiar tecnicamente os municípios nas ações do Programa.

Enfrentamento de barreiras em serviços estaduais. Ao lidar com o combate as barreiras que impedem a inclusão de crianças e adolescentes e o acesso aos seus direitos, não é demais lembrar que há serviços estaduais responsáveis pelo atendimento às pessoas com deficiência, especialmente na educação e saúde, logo, as barreiras identificadas estão afetadas a esses serviços também. Nessa direção, é necessário adotar as medidas cabíveis para eliminar essas barreiras, o que pode envolver, a depender das situações diagnosticadas, tanto ações relacionadas à capacitação de agentes públicos, adaptação de espaços físicos e até o financiamento e o incentivo de estudos e pesquisas para fazer avançar a

² Na publicação, o *link* do aplicativo do Programa poderia ser inserido.

inclusão de crianças e adolescentes com deficiência nos serviços, entre outras medidas aplicáveis em conformidade com a barreira encontrada.

Apoio técnico aos municípios. Especificamente no apoio técnico e material aos municípios, alguns destaques são relevantes e, embora já fartamente explorados em publicações voltadas ao fortalecimento das relações intergovernamentais, são lembrados aqui para que estejam sempre presentes no debate.

Um primeiro aspecto diz respeito à iniquidade territorial, essa dimensão é relevante para o planejamento das ações, como apontado, mas também é necessário na realização das ações do âmbito estadual. De modo que, considerar os dados disponíveis sobre situações de violação de direitos de crianças e adolescentes com deficiência, presentes em sistemas de informação de políticas públicas desagregados por região e município é relevante para uma pauta de apoio aos municípios que considere desafios específicos na lida com essa questão. Como também é importante considerar as estruturas existentes nas diferentes localidades/regiões do Estado. Essa é uma questão estratégica para que os processos de capacitação sejam mais assertivos.

Sugere-se que as ações de capacitação, devem trazer debates que não se restrinjam à orientação sobre a aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras e que adotem estratégias e metodologias mais participativas que favoreçam olhar para questões próprias dos diferentes municípios e regiões do estado.

Desse modo, otimizar a presença de diferentes secretarias setoriais em encontros descentralizados favorece trocas de saberes e ampliação de conhecimentos sobre as deficiências e sobre mecanismos e tecnologias existentes para com elas lidar e conviver.

AÇÕES ESTRATÉGICAS NO ÂMBITO ESTADUAL:

- ✓ Planejamento conjunto e a partir de informações disponíveis que devem ser sistematizadas e periodicamente atualizadas;
- ✓ Capacitação de agentes estaduais de diferentes políticas setoriais;
- ✓ Desenvolvimento de processos descentralizados e periódicos de capacitação de trabalhadores e gestores municipais.
- ✓ Comunicação ampla e com estratégias diversificadas para produzir visibilidade e consensos sobre a temática.

Mas

considerando a extensão territorial do país e o custo dos deslocamentos é fundamental a adoção de ferramentas de educação à distância, para aquelas localidades conectadas na internet, tais como fóruns, chats, sites específicos, gravação de vídeos para disseminação via redes de internet, criação de páginas nas redes para divulgar ações do Programa no âmbito estadual, canais que podem, inclusive contar com a participação de pessoas com deficiência seja na produção de conteúdo seja na operação do sistema de informação.

Algumas das ações aqui sugeridas precisam ser fomentadas pelo Grupo Gestor Estadual para ganhar escala e legitimidade, de modo que esse coletivo possa, de forma orgânica e complementar, impulsionar o BPC na Escola em todos os Estados.

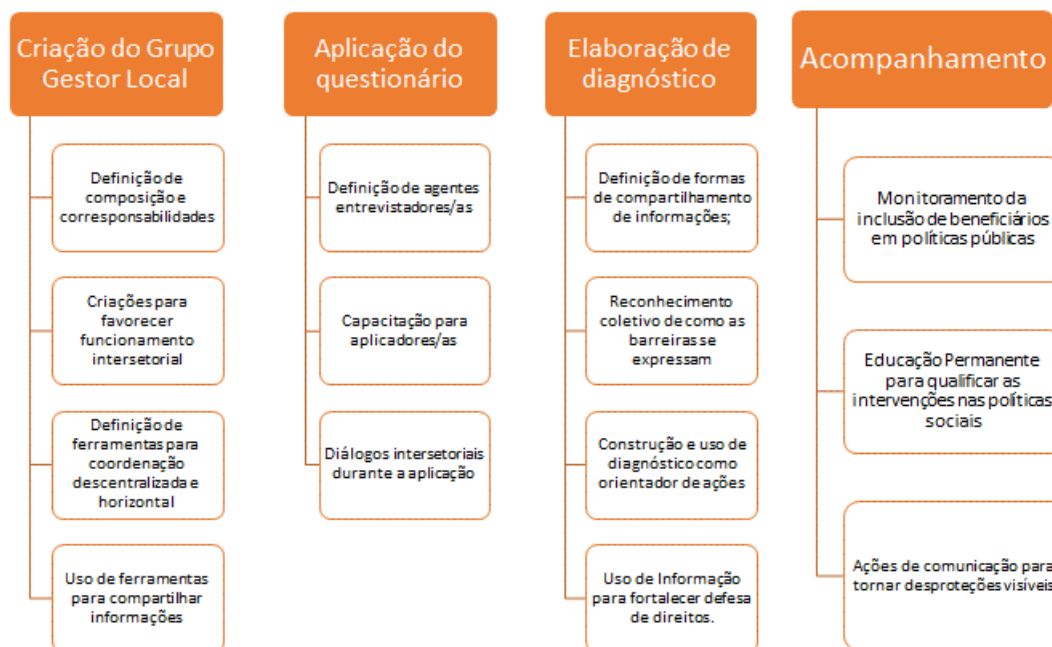
1.2. Ampliando a intervenção do BPC na Escola no âmbito municipal

Ao longo desses mais de dez anos de implementação do Programa BPC na Escola, foi se definindo um fluxo para padronizar as ações do Programa e ofertar alguns parâmetros que permitam construir uma identidade para essas ações, naturalmente que a diversidade das questões com as quais o Programa BPC na Escola atua não permite estabelecer um único modo de funcionamento, mas também não é esse o objetivo ao se definir fluxos. Ao contrário, o propósito é ofertar uma base sobre a qual, as equipes dos Estados, Municípios e do Distrito Federal vão adensando intervenções e criando estratégias adequadas à sua realidade tanto no que se refere às barreiras identificadas quanto no que se refere às estruturas que possuem.

Esse fluxo não se configura como uma esteira produtiva em que uma etapa precisa ser vencida para que a outra se inicie, mas indica uma certa organicidade das ações do Programa que favorecem seu acompanhamento e fortalece sua identidade institucional, especialmente especificando sua natureza intersetorial, como também sua característica de ser um Programa voltado ao fortalecimento da gestão local, logo, não se confunde e não se sobrepõe a intervenção dos serviços das diferentes políticas públicas.

A partir desse ponto do texto o propósito é ofertar subsídios e algumas recomendações para fortalecer as diferentes etapas do Programa, a ênfase não é a mesma para todas as ações, pois o que se pretende é adensar a reflexão sobre alguns aspectos que se mostram mais desafiantes. Logo, as ênfases buscam ofertar insumos para lidar com os desafios identificados.

Figura 1: FLUXO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA



Assim, quatro blocos de questões foram destacados nessa abordagem, visando intensificar as ações do Programa, são eles: a criação e funcionamento do Grupo Gestor Local, a aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras, a

elaboração de diagnóstico, ou, em outros termos, o tratamento de informações para gerar leitura da realidade e tomada de decisão, e, por último, as ações de acompanhamento do Programa para enfrentamento e superação de barreiras.

Tendo em vista o estágio de implementação do Programa, o detalhamento não se ocupará da criação do Grupo Gestor Local, por entender que já estão criados. De modo que o detalhamento de suas atribuições pode contribuir para que os grupos criados percebam se há necessidade de rever sua composição e/ou sua dinâmica de organização interna.

COMPROMISSOS DO MUNICÍPIO NO PROGRAMA BPC NA ESCOLA.

III - gerir e coordenar o PROGRAMA BPC NA ESCOLA no MUNICÍPIO;

XII - assegurar a aplicação anual do Questionário;

XIII - ofertar serviços socioassistenciais aos beneficiários do BPC e às suas respectivas famílias, pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS e, na ausência destes, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congêneres;

XIV - garantir a integralidade na atenção à saúde das pessoas com deficiência, com acolhimento e atenção às necessidades de saúde na Atenção Básica, acesso aos serviços de saúde e reabilitação do Sistema Único de Saúde - SUS;

XV - garantir a matrícula dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade, em classes comuns do ensino regular, com prioridade para as localizadas próximas da residência do aluno;

XVI - garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização; e

XVII - desenvolver ações complementares ao desenvolvimento do PROGRAMA BPC NA ESCOLA no âmbito do seu território.

Destaque-se que esses blocos de questões estão previstos nas atribuições específicas dos Municípios no Programa BPC na Escola, dentre as quais, a ampliação e qualificação da intervenção dos serviços para garantia de acesso de crianças e adolescentes com deficiência.

Quanto a gestão intersetorial, no âmbito municipal, cumpre-nos anotar que cabe aos Municípios a execução das ações em consonância com as responsabilidades estabelecidas no Termo de Adesão. Vejamos as principais atribuições dos Municípios:

Dos dezessete incisos onde constam os compromissos, temos um grupo que se refere a atribuições de gestão assegurando a instituição do Grupo Gestor Municipal e a disponibilidade de equipe técnica responsável, bem como a criação de condições para a execução das ações previstas no Programa.

Uma das primeiras ações concretas do município é a identificação das barreiras que impedem o acesso da Pessoa com Deficiência às políticas públicas, por meio de aplicação do Questionário específico. Antes, porém, as ações de capacitação adquirem um papel estratégico para subsidiar a intervenção.

É necessário ainda o planejamento **local** das ações intersetoriais para fortalecer as políticas envolvidas e dar concretude a intervenção. Tal planejamento deve contemplar amplas ações de comunicação e mobilização dos agentes políticos e comunidade para combater as barreiras atitudinais identificadas. Deve acolher: processos de capacitação para agentes das diferentes políticas e com metodologias participativas; bem como, a criação de espaços de diálogo com os seus trabalhadores/as, com os órgãos de controle social, com o legislativo e com os sujeitos da intervenção que são as pessoas com deficiência e seus familiares.

É preciso dar visibilidade às pessoas com deficiência e suas necessidades, essa é uma linha de intervenção que adensa uma das funções do SUAS, que é a Defesa Socioassistencial. Trata-se de uma ação de natureza política que traduz o reconhecimento da existência deste segmento como sujeitos de direitos. Para tanto, a divulgação ampla dos resultados das informações captadas por meio do Questionário é estratégica. Isto porque deve produzir a inquietação dos agentes políticos e da comunidade. E, por conseguinte, ficam forjadas as condições para que a questão componha a agenda pública e se torne um compromisso em todos os setores.

O Planejamento Intersetorial local, inclui, a partir dos resultados obtidos com a aplicação do Questionário, a definição de territórios prioritários para ações

MOBILIZAÇÃO INTERSETORIAL

Cabe salientar a importância da leitura e sistematização dos dados com a presença dos trabalhadores envolvidos e das famílias e pessoas com deficiência.

Este caminho de informação, conhecimento, mobilização e compromisso é determinante para que o Grupo Gestor Local possa funcionar de modo intersetorial e daí construir

intensivas de divulgação, mobilização, ampliação de cobertura e/ou qualificação da oferta de serviços.

A definição de territórios para intervenção prioritária favorece a mobilização dos meios e se compromete com o alcance de metas. Para tanto é fundamental a atuação do Grupo Gestor Local. Este fórum, de composição intersetorial, é decisivo para a constituição da estratégia de enfrentar as ações fragmentadas e construir um processo de pacto e trabalho coletivo a partir de um objetivo comum.

Algumas dessas atribuições aqui apontadas, serão desdobradas nos itens a seguir, para ofertar elementos que apoiem os Grupos Gestores Locais no desenvolvimento de suas atribuições, a oferta de sugestões não esgota, obviamente, as estratégias possíveis, mas podem ofertar caminhos a serem adensados, essa é a aposta.

1.2.1 O Questionário de Identificação de Barreiras: escuta para gerar vínculos

A identificação das barreiras que impedem o acesso da Pessoa com Deficiência às políticas públicas, por meio de aplicação do Questionário específico é uma ação estratégica do Programa, por ter centralidade na localização de pessoas que devem receber atenção nos serviços e que têm mais dificuldade de acesso a eles, podemos considerá-la como uma ação de mobilização e de Busca Ativa.

No caso específico do BPC na Escola, trata-se de localizar crianças e adolescentes beneficiárias do BPC e mapeá-las em cada território para aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras e, inclusive, proceder a inserção no Cadastro Único.

Na aplicação do Questionário, para além das questões nele inseridas é fundamental assegurar um olhar específico para as desproteções do campo relacional, identificando-as e registrando-as em instrumento complementar, pois estas dizem respeito às seguranças de convivência, acolhida e autonomia que configuram um campo próprio da assistência social, nem sempre visível e

pronunciado. Trata-se de identificar vivências de fragilização de vínculos como: isolamento, abandono, apartação territorial e conflitos. A aplicação do Questionário para a assistência social, também pode ser compreendida como parte de um necessário diagnóstico sócio territorial, sendo este último um dos procedimentos para a instalação ou implantação da Função de Vigilância Social.

A forma e a adoção de estratégias para a abordagem das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC na aplicação do Questionário são muito importantes, porque podem motivá-las, ou não para a participação nos Serviços, primeiramente, e forjar um ambiente de construção de autonomia – objetivo central do trabalho social.

Desde o recebimento da listagem de beneficiárias/os, sugere-se que o grupo gestor local defina, em conjunto com profissionais que farão a aplicação do Questionário, como esse trabalho se dará. Esse é um momento estratégico de compartilhamento de saberes e impressões de outros agentes que já atuam nos territórios a serem visitados. A aposta é que se canais de comunicação estiverem ativados é possível adotar ações imediatas que possam superar violações observadas, facilitar o acesso aos territórios, evitar deslocamentos desnecessários das pessoas pela cidade, como também é possível para os serviços perceber e adotar medidas que podem melhorar as formas que garantem acesso à sua intervenção como também sua cobertura.

A atuação deve ser proativa proporcionando, para além da identificação das desproteções, a construção de compromissos de superação com o engajamento dos usuários.

Ao longo do processo de implementação do Programa BPC na Escola, alargou-se a preocupação com a identificação de barreiras que impeçam a inclusão em políticas públicas e a participação social dos beneficiários. Essa perspectiva busca a garantia dos direitos de crianças e adolescentes com deficiência e de suas famílias extrapolando o acesso ao benefício material, e não se restringindo à inclusão na Escola. Tal direção já estava presente na formulação inicial do Programa, mas que ganha maior intensidade após essa primeira década de implantação.

No ideário que orienta o Programa BPC na Escola essa diretriz ganha concretude a partir de ações de Busca Ativa³, tendo como principal instrumento a aplicação do *Questionário de Identificação de Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola dos Beneficiários com Deficiência do BPC*.

A seguir destacam-se alguns aspectos que podem tornar o questionário de identificação de barreiras um instrumento ainda mais potente na construção de relações de proteção de beneficiários do BPC e suas famílias.

Busca ativa para garantir direitos

A Busca Ativa é uma forte expressão de responsabilidade pública, pois exige das diferentes políticas sociais uma atuação proativa, colocando-se em movimento para fazer chegar a elas, pessoas e grupos que apresentam desproteções e sofrimentos produzidos pelas formas desiguais de organização social, de sorte que o poder público deve se fazer presente mesmo que tais situações não sejam efetivas no momento presente.

[A Busca Ativa] tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações (a realidade vivida pela família, sua cultura e valores, as relações que estabelece no território e fora dele); os apoios e recursos existentes e, seus vínculos sociais (BRASIL, 2009b, p. 29).

Desenvolver ações de Busca Ativa é também ter compromisso com ampliação de cobertura e garantia de universalidade, ou seja, assegurar que todas as pessoas que vivam em condições degradantes, desiguais e iníquas sejam alcançadas pela proteção social pública.

Para o Programa BPC na Escola, fortalecer essa diretriz no estágio atual de implementação é uma dimensão estratégica para avançar no alcance de seus

³ A concepção de Busca Ativa ganha maior densidade no âmbito das ações do Programa Federal Brasil Sem Miséria - PBSM, implantado a partir de 2003. O PBSM tem intenso diálogo com o SUAS e a ele agrega a lógica de cadastramento único de todos os usuários, de forma a garantir cobertura universal a todas as pessoas nas mesmas condições, para assegurar tal desempenho inaugura-se essa lógica de um Estado Ativo, “com base na compreensão de que os mais pobres, exatamente pelo nível de exclusão, abandono, desinformação e isolamento, detêm menores condições de exigir e acessar direitos. (MDS, 2016, p. 10)

objetivos. Uma direção que está em absoluta consonância com as orientações técnicas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ao apontar que:

No caso das famílias com pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, o acompanhamento familiar do PAIF constitui, em muitos casos, a possibilidade de se definir estratégias para superar barreiras e preconceitos (com a família e comunidade) e de assegurar a inclusão social, bem como a inserção das pessoas em situação de isolamento nos serviços do SUAS e de outras políticas públicas. Nestes casos, **a busca ativa e a visita domiciliar constituem o primeiro contato qualificado com essas famílias, o que, após elaboração de um diagnóstico social, junto com a família, pode gerar sua inserção em acompanhamento (em grupo ou particularizado) ou nos atendimentos do PAIF.** (MDS, 2012, p. 36)

Ter disponibilidade para escutar e acolher

Ela chegou e eu tive a oportunidade assim de conversar o que eu sentia com ela e eu achei maravilhoso, ela escutou bem, foi isso que aconteceu. (Mãe de criança beneficiária do BPC)

Para reafirmar e marcar uma direção, é importante destacar que a perspectiva que se adota nestas orientações é aquela que entende a aplicação do Questionário como uma acolhida da qual decorre uma relação mais contínua entre a pessoa com deficiência e sua família e os serviços de diferentes políticas. As ações do Programa BPC na Escola não se esgotam na aplicação do Questionário, visam disparar uma inclusão em serviço, ou seja, estabelecer relações de proteção e cuidados. A frequência dessa relação, e em que serviços ela se dá mais diretamente, é definida pelas demandas da família e que estão inscritas no âmbito das diferentes políticas públicas⁴.

Nessa perspectiva, é muito importante considerar a aplicação do Questionário, como uma oportunidade de escuta e de diálogo, para reconhecer responsabilidades compartilhadas e combater sentimentos e experiências de solidão, abandono e isolamento, muito presentes em pessoas com deficiência e em suas famílias. Como também se constitui esse momento uma oportunidade singular para que profissionais se aproximem da realidade em que devem

⁴ Cabe lembrar que as situações que demandam proteção de assistência social não estão afetadas somente a ter ou não renda, como já apontado em item anterior desse caderno.

intervir, para superar leituras reducionistas, ingênuas, mas também, estigmatizadoras sobre os modos de viver das pessoas com deficiência.

[Trata-se] de trabalhar a partir daquilo que o dialético conhecimento da realidade proporciona a respeito daquela população. Ouvi-la, ouvir o que diz, pois a população sobrevive em situações tão adversas que nenhum trabalhador social é capaz de suportar. Sem ouvir e pensar junto, de fato, pode-se até apresentar a melhor intenção, mas será vazia de potencial transformador. (COUTO, 2014: 397)

Na produção de orientações sobre o exercício profissional de diferentes categorias, tem sido recomendado que a escuta seja qualificada e desenvolvida a partir de preceitos éticos. Ao considerar as características de uma escuta qualificada, um aspecto que comparece em diferentes produções diz respeito à capacidade de adotar uma postura isenta de julgamentos, o que favorece a confiança e cria uma ambiência propícia para que as narrativas sejam feitas com autonomia.

Nesse sentido, ações como: interrupção da fala para ir direto ao assunto, comentários sobre como a pessoa deveria ter agido ou o que deveria ter feito nessa ou naquela situação, conclusão da frase ou antecipação do que a pessoa vai dizer enquanto ela está buscando modos de melhor se expressar, são posturas relativamente comuns, mas que não devem ser adotadas, sob nenhum pretexto, pois são desrespeitosas e estabelecem uma hierarquia entre narrador e ouvinte de modo que passa a predominar somente o que o ouvinte quer saber e não o que o narrador quer compartilhar.

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isso não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria escuta, mas auto-anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das ideias. (FREIRE, 2002, p.135)

Na situação de escuta para preenchimento do Questionário os profissionais estarão preocupados e atentos para levantar as informações demandadas pelo

instrumento, é natural que seja assim. Mas se houver valorização desse momento, seguramente será possível captar questões relevantes na trajetória dessas famílias e que podem ser compartilhadas com os serviços para contribuir com sua intervenção.

A aposta é que sentir-se ouvido com interesse é sentir-se valorizado. Falar de experiências e eventos que tornam as pessoas vulneráveis e de situações desencadeadoras de dor, é um momento de intensa delicadeza, porque a narrativa reaviva sofrimentos. Quando a relação estabelecida é de proteção, os fatos ocorridos não podem ser banalizados e/ou naturalizados.

Um elemento fundamental da escuta é a facilitação que o interlocutor deve promover para permitir a elaboração de quem fala. São intervenções e posturas que ajudam e incentivam a narrativa, estabelecem uma interação. Seguem algumas sugestões, a partir da construção da educadora Ana Maria Costa e Silva.⁵

ESCUA ATIVA	
Técnicas	Objetivos
Mostrar interesse	Transmitir interesse. Estimular o outro a falar.
Clarificar	Tornar claro o que é dito. Obter mais informação. Ajudar a ver outros pontos de vista.
Parafrasear	Mostrar que o que foi dito foi compreendido. Verificar o significado usando uma outra expressão com o mesmo sentido e checar se foi isso que a pessoa quis dizer.
Ecoar	Mostrar que está compreendendo os sentimentos. Ajudar a outra pessoa a ficar mais consciente daquilo que sente.
Resumir	Verificar o progresso alcançado. Juntar os fatos e as ideias importantes.

O processo de escuta é composto por silêncios atentos e diálogos mobilizadores. Ocorre uma mistura desses elementos e isso se dá porque se está tratando de uma escuta ativa e corresponsável. Em uma escuta ativa não há um ouvinte passivo, de olhos baixos, concentrado em anotar o que é dito ou focado em preencher campos numa planilha. Ao contrário, na escuta ativa, o ouvinte

⁵ A Dra. Ana Maria Costa e Silva é docente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Portugal.

dialoga, devolve, demonstra curiosidade, facilita a fala e mostra os impactos que a narrativa provoca em si. Na escuta ativa, se estabelece também, diálogo.

Cuidando das formas de comunicação

Pessoas com deficiência e suas famílias têm inúmeros relatos sobre o elevado desconhecimento sobre síndromes e deficiências. O desconhecimento está associado, de um lado, ao avanço das pesquisas que vão apurando diagnósticos e com isso trazendo novas denominações e novos modos de tratamento das deficiências. Mas, de outro lado, associa-se às dificuldades de profissionais de usarem uma comunicação clara, (HÖHER,2006) que favoreça que a pessoa⁶ e sua família entendam claramente os impactos da deficiência para com ela conviver sem mitos. Há depoimentos relativos à falas inadequadas, expressas em laudos fechados e fatalistas de profissionais que afirmam que crianças terão esse ou aquele comportamento em virtude de uma deficiência, ou que poderão, ou não, ter certas vivências. Prognósticos que, muitas vezes, vão sendo refutados na trajetória de crianças e adolescentes e suas famílias.

“(...) a mãe do meu marido disse que quem tinha defeito era eu... Eu que sou doente. Se eu for engravidar, vai nascer outro doente pior que esse” (mãe 03, 29a). (NASCIMENTO e FARO, 2015, p. 197)⁷

Essa trajetória de atendimento em diferentes serviços, nem sempre de forma adequada e acolhedora, produz uma vivência que, marcada pelo desrespeito, se caracteriza por desconfiança e, por vezes, resistência ao contato com agentes públicos, especialmente aqueles que não são conhecidos. Essas histórias precisam ser consideradas nas aproximações que pretendem superar barreiras para produzir proteção e inclusão, façamos uma breve reflexão sobre isso.

⁶ É fundamental no diálogo com pessoas com deficiência que a conversa seja feita diretamente com elas, que ela possa falar de si, do que sente. Somente na hipótese da pessoa não ter condição de entender o que está sendo solicitado ou mesmo as orientações fornecidas é que a comunicação deve ser voltada às pessoas responsáveis pelos cuidados, em geral a mãe. Favorecer que a pessoa explicita diretamente sua perspectiva fortalece sujeitos.

RECOMENDAÇÕES PARA UMA CHEGADA RESPEITOSA E CUIDADOSA

Na aproximação com crianças e adolescentes beneficiárias do BPC e suas famílias, sugerem-se alguns cuidados: adotar procedimentos para conhecer as deficiências e suas expressões para não se surpreender ante o desconhecido, não emitir opiniões ou julgamentos pessoais, comunicar-se com clareza e sempre verificando se houve entendimento do que foi dito, falar diretamente e prioritariamente com a criança e/ou adolescente beneficiário, munir-se das informações sobre os serviços para poder divulgar às famílias e, dar devolutiva posterior de informações que não tenha no momento da visita inicial e ainda, cuidar para que a visita não seja incômoda por ocorrer em momento inadequada na dinâmica familiar.

Lembrando um alerta de LEMES e BARBOSA (2007) ao analisar as formas de comunicação com as famílias.

A falta de formação dos profissionais de saúde [e de outras áreas] no trabalho com a família os leva a um não comprometimento com suas atividades e provoca nos pais insatisfação pela forma como são tratados. Tal quadro torna-se mais sério quando os profissionais de saúde enfatizam os aspectos limitantes da deficiência, em vez de mostrar as possibilidades de desenvolvimento, as possíveis formas de superação das dificuldades, os locais de orientação familiar, os recursos de estimulação precoce e os centros de referência de atendimento às crianças com deficiência. A mensagem que os integrantes da equipe de saúde podem transmitir no momento de comunicar o diagnóstico de deficiência. É a de que estão presentes e, aos poucos, poderão ajudar a família a ver um futuro com potencialidades para o filho. É necessário veicular à família a mensagem de que se está iniciando um novo desafio, no qual se compartilham sentimentos e emoções. (p.442)

Respeitando a história e trajetória das pessoas

Para desenvolver ações de Busca Ativa que expressem de fato proteção, é fundamental reconhecer que a trajetória de famílias e indivíduos em vivência de sofrimento e desigualdade é fortemente marcada por humilhações, restrições de acesso, controles, desconfianças, enfim, por relações pautadas no *não direito*, inclusive nos serviços prestados por diferentes políticas públicas.

Os itinerários terapêuticos percorridos pelas mães evidenciam que o cuidado de seus filhos exigiu muitos esforços, dedicação e abdicação da vida pessoal para garantir o acesso aos serviços oferecidos por instituições de saúde e de educação públicas e privadas, bem como por organizações civis. As mães relataram que empreenderam esforços para enfrentar os obstáculos

relacionados ao acesso geográfico, funcional e econômico aos serviços de saúde, muito além de suas capacidades. (CERQUEIRA, ALVES e AGUIAR, p. 3225, 2016)

Desse modo, não raras vezes, e para muitas famílias, o receber um agente público, pode se constituir em uma experiência negativa, um momento incômodo associado a averiguação de denúncias ou mesmo associado a ações de repreensão ou ameaça. Algumas famílias podem até aceitar preencher o Questionário do Programa BPC na Escola, simplesmente por pensar que a recusa pode ser interpretada como uma tentativa de esconder algo o que poderia impactar no acesso ao seu benefício. É fundamental considerar também que essas trajetórias de violações vividas pelas famílias, faz com que tenham inseguranças sobre a continuidade do benefício recebido.

De outro lado, porém, quando uma cidadã ou cidadão é procurado com autêntico interesse de profissionais para saber as condições em que vive para mapear o que pode ser feito para melhorá-las, oferta-se uma expressão de reconhecimento de que sua existência com dignidade preocupa a coletividade. Esse movimento carrega um forte simbolismo sobre padrões de civilidade e de cidadania, só alcançáveis quando se é tratado de modo coerente com essa perspectiva.

*Ele começou a explicar os direitos que meu filho tinha, porque assim, onde eu chegava não dizia o que eu tinha direito, no INSS mesmo foi a maior polêmica para poder eu conseguir o benefício dele, e ele foi me explicando, **até hoje foi a única visita assim que esclareceu tudo, foi uma ótima pessoa.** (Mãe de criança beneficiária do BPC)*

Nesse sentido, o cuidado com a postura profissional é fundamental para que a relação de proteção seja facilmente identificada e a experiência de

INFORMAÇÕES PARA ALARGAR DIREITOS

Para fortalecer essa direção, é fundamental que as informações fornecidas pelo agente público que realiza a entrevista sejam coerentes e fortaleçam a noção do direito e indiquem onde ele possa ser reivindicado, caso tenha sido negado, como também e, principalmente, é fundamental deixar claro que o não atendimento será comunicado aos órgãos responsáveis para que sejam revistos e reparados.

É fundamental também que as pessoas entrevistadas (beneficiárias e suas famílias) saibam que naquele momento estão contribuindo com as políticas públicas, pois estão ofertando um conhecimento fundamental para elas que é saber as reais condições de vida de quem deve ser por elas atendidos, de modo que precisa ficar claro que essa contribuição é espontânea, não obrigatória.

reconhecimento de cidadania seja orientadora do modo de se estabelecer a relação entre profissionais e cidadãs usuárias. O objetivo é que o momento de Busca Ativa por meio de visitas domiciliares seja uma oportunidade de atenção especializada e particularizada, de encontro para produção de vínculo e construção de referência e corresponsabilidade, o entendimento é que se inaugura ali uma relação de proteção que deve ser duradoura e que está à disposição da família todas as vezes que necessitar de outros agentes para alargar sua capacidade de proteção.

Alguns atributos essenciais precisam demarcar esse encontro (vide figura 2), elementos que serão explorados a seguir, mas numa síntese retoma-se o 10º Direito do Decálogo dos direitos socioassistenciais, deliberado pelo CNAS e publicado na VII Conferência Nacional de Assistência Social.

DIREITO AO CONTROLE SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS. Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade. (BRASIL, CNAS, 2009)

Figura 2: Para um encontro potente....



Desse modo, recomenda-se que esse momento, para as equipes de assistência social e das demais políticas públicas⁸, seja considerado como uma estratégia de acolhimento inicial para inserção em sua rede de serviços e não como um momento de pesquisa que se esgota nele mesmo.

Para firmar um entendimento: o Questionário de Identificação de Barreiras é um instrumento inicial e não o objetivo final do Programa BPC na Escola!

⁸ O Questionário pode ser aplicado por qualquer agente público, não necessariamente profissionais de assistência social. Os parágrafos 4 e 5 do artigo 6º, da Portaria Interministerial nº 01, de 12 de março de 2008, estabelece que “A Equipe Técnica para aplicação do Questionário será composta por técnicos, preferencialmente, das áreas de educação, de assistência social e de saúde. O Coordenador da Equipe Técnica para aplicação do Questionário será, preferencialmente, um assistente social. A recomendação central é que seja lá quem for o profissional que tome esse momento como uma oportunidade de tornar mais próxima e conhecida essa política de proteção social para as pessoas e, de outro lado, que seja uma oportunidade para que os profissionais circulem pelos territórios e conheçam melhor o cotidiano vivido. Saber necessário para alargar a proteção. (PNAS, 2004)

Reconhecendo autonomia e fortalecendo protagonismo

Em diálogo com famílias que foram visitadas nas ações do Programa BPC na Escola, foi possível levantar algumas recomendações e cuidados que consideram importantes que os profissionais devem ter ao realizar as visitas para aplicação de Questionário ou mesmo para outras finalidades. A direção aqui é que beneficiárias/os e suas famílias se fortalecem como sujeitos quando suas perspectivas são consideradas. Assim, desde o lugar da casa onde a entrevista será feita, até a decisão sobre quais pessoas da família vão responder o Questionário, é fundamental tomar decisões conjuntas, priorizando sempre o beneficiário do BPC.⁹

Entrar em contato com a família em ocasião anterior à visita

Quando as pessoas são consultadas sobre a possibilidade de receber profissionais, isso oferece uma satisfação, porque reconhece e legitima sua autonomia e sua possibilidade de decisão. Quando indagadas sobre esse momento as famílias, mães principalmente, demonstraram muita satisfação quando lhes foi perguntado, por telefone, se poderiam receber um profissional que faria uma entrevista para identificar as dificuldades cotidianas que enfrentam com crianças e adolescentes com deficiência beneficiárias do BPC. Depreende-se, portanto, que agendar previamente a visita, explicando suas motivações, é uma expressão de respeito ao tempo das pessoas, mantém coerência com a ideia de que não há obrigatoriedade de responder o Questionário e, especialmente, combate inseguranças e desconfiâncias:

Entretanto, pode haver dificuldades de comunicação com as famílias e não ser ter sido possível marcar antecipadamente. Nesse caso, é recomendável que essa dificuldade seja explicada e que o/a profissional esteja disposta/o a voltar em outra ocasião em que seja mais adequado o atendimento, se for necessário.

⁹ No Caderno de Orientações do PAIF vol. 2, há recomendações detalhadas sobre a atenção desse serviço de forma a assegurar respeito aos desejos e necessidades das famílias.

O cuidado com o tempo das famílias produz um efeito de horizontalidade e de respeito à autonomia das pessoas. Ao afirmar uma abertura para dialogar quando for mais adequado para as pessoas, produz-se uma relação muito potente por ser dirigida a quem vive em filas de espera, aguardando longos agendamentos, ou mesmo precisa criar condições para chegar no horário marcado em locais distantes e de difícil acesso.

Pode-se afirmar então, para fortalecer a autonomia e o protagonismo, as atitudes profissionais precisam ser, em todos os momentos, coerentes com a direção de que sujeitos fazem escolhas e precisam ter diferentes oportunidades de escolher o que é melhor para si.

Usar linguagem clara e acessível

A experiência de ter um filho ou uma pessoa da família com deficiência é frequentemente cercada de inseguranças diante de uma situação em que não se sabe como lidar, e, muitas vezes, não se sabe também como vai evoluir. Se essa vivência está associada à pobreza, à baixa escolaridade e ao precário acesso à informação, a condição de compreensão é ainda mais grave, porque, como já apontado, alguns profissionais também não conseguem explicar o que está acontecendo numa linguagem clara e acessível.

Nesse sentido, é fundamental o cuidado com a linguagem utilizada e estar atento para avaliar se houve compreensão do que foi dito. Explicitar as razões da visita, verificar se essa motivação está clara e se há alguma questão que as pessoas desejem saber, é fundamental desde o primeiro contato. Para além, ao longo de toda a relação, deve-se manter essa postura para que o momento de contato com as famílias seja também de esclarecimento de dúvidas e de maior acesso a orientações e informações (Decálogo dos Direitos Socioassistenciais).

Estar preparado para se deparar com situações desconhecidas

Dentre as dificuldades de ter uma pessoa com deficiência na família, seguramente uma das mais impactantes é lidar com o desconhecimento das pessoas a respeito dessa vivência. Várias famílias vão apontando relatos de

tratamento inadequado recebido na relação com vizinhos, às vezes na Igreja e muitas vezes com profissionais de serviços públicos.

Quando eu falo que minha filha é autista, sempre tem um “ah!”, esse “ah!”, às vezes quer dizer, ‘nunca ouvi falar disso, nem sei do que se trata’ ou então é um ‘ah’ que quer dizer, ‘coitadinha, mas ela vai superar, né?’ ou então se surpreendem dizendo: ‘Mas ela entende tudo’, e eu olho pra ela é falo ‘sim, ela entende’. (... mãe de Sophia, 9 anos)¹⁰

Críticas, perguntas sobre cuidados na gravidez ou nos primeiros dias de vida, indagações sobre relações de parentesco entre os pais, por vezes, são buscas de motivação para explicar a deficiência que gera nas famílias, e nas mães em especial, sentimento de culpa pela deficiência do filho.

Outra expressão de desconhecimento sobre a deficiência é quando os profissionais agem como se todas as pessoas tivessem que apresentar as mesmas características, em virtude do diagnóstico inicial, ignorando as múltiplas e diferentes expressões e intensidade de síndromes e outras deficiências.

Portanto, retoma-se aqui uma recomendação feita anteriormente: estar diante de uma nova situação exige que profissionais ampliem seus conhecimentos para lidar com a diversidade humana. O trabalho profissionalizado não se pauta e não reproduz senso comum, ele é orientado por informações produzidas no âmbito da pesquisa e da sistematização da intervenção profissional. O diálogo preparatório para aplicação do Questionário com profissionais de diferentes políticas públicas, é uma ferramenta para evitar atitudes inadequadas, que, por falta de informações, reproduzem estigmas e humilhações.

Considerar demandas de atenção trazidas pela família

A divisão setorial de políticas públicas torna o percurso familiar para conseguir atenção às suas necessidades bastante complexo e, muitas vezes, frustrante. Dessa forma, é possível que as famílias apontem muitas demandas quando

¹⁰ Depoimento transcrito a partir do documentário “Eu sou assim”, produzido e veiculado pela Emissora GNT. “Eu Sou Assim” é uma série documental que aborda transtornos e síndromes que ainda são alvo de estigmas e preconceitos, através de um ponto de vista positivo, construtivo e de superação. A série conta histórias de famílias que convivem com esses desafios e de indivíduos que aprenderam a lidar com as dificuldades.

percebem o interesse de um profissional sobre a situação vivida, e sobre as barreiras enfrentadas. Acolher essas demandas é fundamental, como também esclarecer os processos que serão desencadeados para que as solicitações cheguem aos serviços responsáveis. Isso é necessário para que não haja frustração e quebra de confiança. Sugere-se também deixar contatos e informações pertinentes para que as providências mencionadas sejam cobradas pela família, caso não sejam adotadas pelos serviços.

É fundamental saber que as demandas trazidas são de responsabilidade compartilhada e não exclusivas dessa ou daquela política pública. Mas uma vez visível para agentes públicos, não se pode omitir de adotar providências para que sejam também conhecidas para toda a rede.

Nesse sentido, é fundamental considerar que os objetivos do Programa BPC na Escola não se restringem a identificar barreiras, a perspectiva é de enfrentá-las. Sabe-se que o reconhecimento de direitos exige ações articuladas e complementares de diferentes políticas públicas, o agente que aplica o Questionário, seja representante de qual política pública for, não terá condições de atender a todas as necessidades, não há essa expectativa. No entanto, é fundamental que se saiba orientar beneficiários e familiares, e que haja dispositivos internos de comunicação entre serviços e políticas públicas para que demandas e ausências de atendimentos sejam revistas, como também, negligências institucionais sejam reparadas.

1.2.2. Diagnóstico de inclusão: informações sistematizadas gerando conhecimento

Constitui também o processo de busca ativa para além da postura acolhedora dos profissionais, que respeita e valoriza o interlocutor, o desenvolvimento da capacidade de identificação de barreiras impeditivas ao usufruto da cidadania em suas mais diferentes dimensões. Nesse sentido, é importante que haja uma permeabilidade para observar, ouvir e distinguir relações protetivas e provedoras de cuidados, de relações que produzem subalternização e subordinação. Essas

relações podem se expressar no interior da família, mas também nas relações destas com o território, vizinhança e serviços públicos.

É fundamental reconhecer que modos de tratamento reiterados passam a ser considerados naturais e banais, de tal sorte que uma pessoa não relatará uma experiência negativa de atenção ou tratamento recebido, caso ela não tenha sido estimulada para tal, pois essa vivência já é tão comum que parece natural.

Para que esse momento de aproximação desvele situações de sofrimento ou identifique sua construção na trajetória de quem as vive, não é suficiente atentar somente para o Questionário e seu conteúdo. É fundamental lançar um olhar curioso sobre a realidade, que capte o dito e o não dito, e que observe aspectos que possam demonstrar comprometimento do convívio social, da pessoa com deficiência e sua família, tais como: situações de violência, de abandono ou isolamento, de confinamento, de humilhação sofrida em serviços públicos, de discriminação ou violência vivida nas relações de vizinhança, entre outras situações que demonstrem a vivência de desproteção ou de interdição ao convívio sociofamiliar e territorial.

A capacidade protetiva da família e o impacto da presença de pessoas com deficiência demandando cuidados é outro aspecto a ser observado, fundamentalmente, identificando a presença de sobrecarga das mulheres da família nesta atenção. A oferta de cuidados na família pode ser analisada a partir de uma equação em se que observam quantas pessoas são demandantes de cuidados e quantas estão em condições de ofertá-los. Se esses cuidados não estão bem distribuídos, há ainda mais relevância na oferta dos serviços públicos para compartilhar dessas responsabilidades.

Ressalte-se também que a desproporção entre cuidadoras/es e demandantes de cuidados, faz com que algumas necessidades sejam priorizadas em relação a outras, o que gera, por vezes, o predomínio de ações para responder somente às necessidades físicas básicas, secundarizando estímulos associados à convivência social ou a ganhos de autonomia. Para dar um exemplo, é mais efetivo e rápido dar comida a alguém do que apoiá-la para que se alimente sozinha. Essas escolhas se estabelecem, muitas vezes, para dar conta de muitas tarefas num mesmo dia.

Agrava ainda mais essa situação, se não houver pessoas na família em condições de ofertar cuidados com regularidade, para crianças e adolescentes com deficiência que requeiram apoio para suas atividades cotidianas. Nesses casos, a possibilidade de acesso a oportunidades de aprendizado relacional e alargamento de experiências de respeito e valorização tendem a ser ainda mais raras, pois a sobrevivência física, naturalmente, é que será priorizada.

Se considerarmos também que situações de desqualificação e produção de subalternidade podem se dar em diferentes espaços e instituições, é fundamental um olhar atento para identificar expressões que desvelem vivências de preconceito no atendimento em serviços públicos. Quando relatos de experiências de desrespeito são ignorados e desconsiderados, legitima-se tais práticas e reitera-se o desrespeito aos direitos.

O reconhecimento de uma situação de sofrimento humano, como uma demanda de proteção pública se estabelece na intervenção profissional, não se dá por automático, se constrói numa relação em que a queixa, ou a narrativa de uma vivência, é interpretada numa relação de corresponsabilidade pública por aquela situação vivida. Isso requer, de um lado, reconhecer o escopo de proteção das políticas públicas e, de outro, associar e estabelecer nexos entre diferentes experiências e vivências às situações de desigualdade produzidas coletivamente.

Em outras palavras, uma vivência passa a ser uma demanda para política pública, a partir da visibilidade que o trabalho social produz.

Ao formular uma leitura de como esses processos de construção de demanda se estabelecem no âmbito da saúde, afirma Cecílio (2009, p. 120): “A demanda é o pedido explícito, a “tradução” de necessidades mais complexas do “usuário.” Mas quando a experiência com uma política pública está fortemente marcada por somente uma modalidade de atenção, como é o caso da farta relação entre necessidades materiais e assistência social, ou mesmo quando se está diante de situações de sofrimento vividas como culpa ou como castigo, seguramente, essas demandas não serão feitas de forma clara e direta.

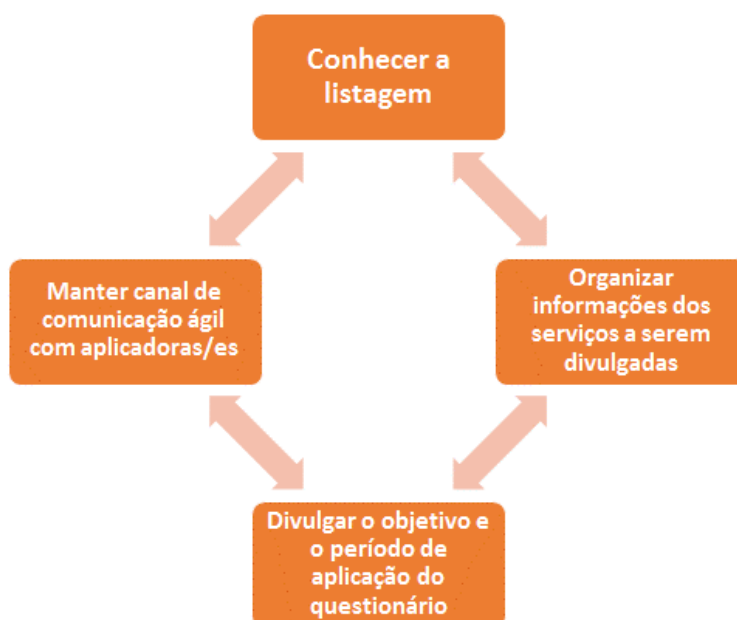
O profissional terá que estimular e interpretar narrativas e atitudes, acolhê-las e valorizá-las como relevantes, para, em seguida, fazer ecoar essas vivências de

modo a inserir na pauta dos serviços, no debate sobre o controle social, enfim, no âmbito público. Transitando assim de um problema individual ou familiar, para uma questão coletiva e pública.

Diagnóstico: instrumento para orientar ações

O conhecimento sobre situações de violação ou ausência de acesso aos direitos é um gatilho disparador de responsabilidade dos agentes públicos!

Figura 3: Busca ativa e organizada



Para além do Grupo Gestor Local, é fundamental que no âmbito dos serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, o conhecimento sobre as situações vividas seja compartilhado e seja foco de diálogos coletivos para avaliar a possibilidade de inclusão imediata em casos de maior presença de riscos sociais ou de violações de direitos.

A aplicação do Questionário, em si, não gera informação. É necessário sistematizar os dados e proceder à análise das informações. De modo que só a

análise das informações coletadas por meio do Questionário é que empreende sentido à sua aplicação. A análise das informações, apropriadas por todos os segmentos envolvidos, é que deve permitir a formulação do planejamento de ações conjuntas.

Exatamente porque a realidade não se apresenta homogênea em todos os territórios, nisto reside a relevância e a necessidade da atuação considerando o território. Há a característica das instituições locais, o perfil dos agentes públicos, o nível de informação, de mobilização e disponibilidade das pessoas com deficiência, suas famílias e comunidade. Além disso, a natureza das questões a serem enfrentadas, são algumas das variáveis que interferem na maior ou menor capacidade de articulação local.

Essa dimensão é fundamental na produção de diagnóstico e para tanto, não basta lidar com informações secundárias é estratégico valorizar saberes de atores e agentes que nele estão e vivem. Tais como: agentes de saúde, técnicos de CRAS, trabalhadores de apoio nas escolas, motoristas de transporte público e principalmente usuários e suas famílias.

A concepção que impera aqui considera o diagnóstico não só como um momento de leitura e sistematização de informações levantadas, mas também, como um momento participativo de articulação e mobilização de diferentes atores, o que requer capacidade de comunicação e existência de uma agenda de trabalho com objetivos claros. É imprescindível, nesta agenda, a instituição de espaços para circulação de informações sobre aspectos identificados como barreiras quando da aplicação do Questionário; realização de encontros para proporcionar a apropriação da realidade e o debate desses aspectos prioritários; constituição de grupos de estudos intersetoriais; elaboração de orientações técnicas conjuntas; produção e publicação das ações desenvolvidas, de modo sistematizado, para gerar conhecimento coletivo.

O diálogo a partir do real pode fornecer indicadores para avaliar as condições de acesso aos serviços públicos, de modo que as rotinas das famílias nos diferentes territórios deve ser um elemento essencial para pensar a dinâmica dos serviços e, sempre que possível, ajustá-la conforme as necessidades das pessoas.

Portanto, o trabalho sob a ótica do território exige o exercício de sistematizar informações de perfil econômico, social, geográfico e físico, também sob o prisma territorial, aproximando aqueles com características semelhantes e destacando os que tem peculiaridades. **Assim, o planejamento promete viabilidade e se compromete com resultados, porque está perto dos sujeitos e possui base na realidade.**

1.2.3. Acompanhando a inclusão: a contribuição do BPC na Escola para qualificar políticas públicas

O acompanhamento no Programa BPC na Escola está afeto a ações de monitoramento e avaliação da superação ou permanência de barreiras de acesso aos serviços públicos ou à participação social de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC.

Vale, desde logo, ressaltar algumas medidas como: reuniões intersetoriais para sistematização de conhecimentos, para análise de medidas específicas para atender situações identificadas quando da aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras e para planejamento de ações a serem desenvolvidas nas diferentes áreas; reaproximação com beneficiários e suas famílias cuja inclusão em serviços não tenha sido viabilizada; articulação para desenvolvimento de ações de capacitação ou colaboração interinstitucional para apoiar serviços na adoção de medidas inclusivas adequadas e em consonância com a legislação, dentre outras ações de monitoramento do alcance dos objetivos do Programa, medidas essas que podem ser complementares, mas não se sobrepõem ou substituem as adotadas nos serviços socioassistenciais. **Relembramos o BPC na Escola é um Programa no âmbito da gestão local para qualificação de serviços.**

Essa característica de ser um programa de fomento a inclusão está expresso nas normativas do Programa, na seguinte construção:

“O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – **Programa BPC na Escola** é um programa intersetorial

que tem por objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC.”(Portarias Interministeriais nºs 18/2007 e 1.205/2011)

Não é demais esclarecer e firmar que para garantir acesso e permanência na Escola é necessário concomitantemente, a inserção na assistência social, na saúde e nas garantias da política de direitos humanos. Ratificamos assim o entendimento que se firmou na execução do Programa nessa primeira década, trata-se de *Um Programa de Inclusão das Pessoas com Deficiência em Políticas Públicas*, suas ações de monitoramento e acompanhamento, portanto, estão afetas ao desempenho das políticas, mais do que à atenção direta ao cidadão, trata-se de uma ação de gestão local para apoiar o desempenho de políticas, **BPC na Escola não é concorrente e não substitui ações de serviços das diferentes políticas públicas, pois ele atua para fortalecê-los.**

Diferentes formas de acompanhamento: a escala do Programa

O uso da expressão acompanhamento é de farto uso na política de assistência social, então para contribuir com a distinção das referências de acompanhamento no BPC, nesta seção apresenta-se uma breve distinção entre acompanhamento de famílias ou indivíduos presentes nos serviços socioassistenciais e o acompanhamento no Programa BPC na Escola.

Tomando como referência o entendimento de acompanhamento familiar assumido pelo Protocolo de Gestão Integrada de Serviços e Benefícios e pelo PAIF em suas Orientações Técnicas temos:

[O acompanhamento é] conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações-sejam elas familiares ou comunitárias”. (Caderno do PAIF. VII p. 62\63.)

Trata-se de um processo que tem como característica ser continuado, planejado, com objetivos a serem alcançados e com tempo de intervenção determinado. Essa ação se desenvolve a

conjuntos de famílias, dentre as quais devem estar aquelas que tem beneficiários do BPC, pois são prioritárias para os serviços. (Caderno do PAIF. VII p. 63.)

Postas estas questões preliminares de entendimento, podemos afirmar que a denominação de Acompanhamento no tocante a assistência social no caso do BPC tem duas dimensões: a de inclusão em benefícios e acesso em serviços do SUAS, e a dimensão do acompanhamento próprio do Serviço ofertado. Cada um com seu campo específico de atenção se articulam para cumprir o mesmo objetivo geral de garantir o exercício de direitos com a inclusão das pessoas com deficiência e suas famílias.

A inclusão no SUAS se assenta no objetivo de enfrentar barreiras ao convívio, assegurar acolhida e fomentar autonomia, questão da maior magnitude e alcance para a Inclusão.

De modo que a participação de pessoas com deficiência nos Serviços socioassistenciais resulta num significativo exercício de convívio entre diferentes, e seguramente, o enfrentamento de barreiras de discriminação e segregação. Da mesma forma, a inserção de suas famílias no PAIF, precipuamente das mães cuidadoras constituem acolhida e valorização das suas experiências, oportunidades de convívio, apoio no cuidado e logo, fortalecimento, construção de autonomia e da capacidade protetiva da família.

O atendimento destas famílias pelo PAIF é essencial, pois estes grupos familiares podem experimentar sentimentos dolorosos e conflitantes, como medo e frustração no que concerne às possibilidades de cuidado e bem-estar que podem oferecer às pessoas com deficiência, podendo requerer a dedicação integral ou ocasionar situações de isolamento de todo o grupo familiar. Isto pode reforçar os padrões de superproteção, fazendo com que a deficiência seja superdimensionada em detrimento das capacidades e aptidões da pessoa com deficiência. (Caderno PAIF, v. 1, p.43)

Cabe destacar que essa perspectiva não é nova, ela vem sendo afirmada em diferentes normatizações do SUAS, no caderno do PAIF essa priorização é explicitada em vários trechos do texto e destaca que as pessoas beneficiárias do BPC e suas famílias são público preferencial, logo prioritário, nesse serviço. Vejamos:

Atenção especial deve ser dispensada às famílias nas quais nasceu ou que receberam, recentemente, um integrante com deficiência, pois elas enfrentam transformações internas de caráter afetivo, temporal e econômico. É preciso apoiar as famílias para que consigam lidar com suas próprias emoções, revendo expectativas, valores e crenças a respeito da deficiência que o novo integrante possui, contribuindo para o enfrentamento de situações preconceituosas e discriminatórias, resolução dos problemas cotidianos relativos ao cuidado e acesso a direitos. (Caderno PAIF, 1, p. 44)

Por fim, o PAIF (...) deve desenvolver ações com foco no “cuidar de quem cuida”, promovendo trocas de informações e vivências sobre as possibilidades e desafios de convívio e proteção das pessoas com deficiência e das pessoas idosas, buscando evitar o isolamento do cuidador e minimizar o desgaste físico e emocional inerentes ao processo de cuidar. Assim, “cuidar de quem cuida” é uma forma de garantir seus direitos, e, conseqüentemente, proporcionar mais proteção aos direitos de quem é cuidado. (Caderno PAIF, 44)

Embora, os exemplos aqui adotados são de serviços de proteção social básica,

Diálogos necessários sobre acompanhamento em serviços socioassistenciais

O assumir a responsabilidade legal de garantir o direito de beneficiários à atenção em serviços socioassistenciais é cada vez mais urgente. Experiências em curso, vão mostrando que algumas medidas podem tornar esse processo mais ágil e efetivo, tais como:

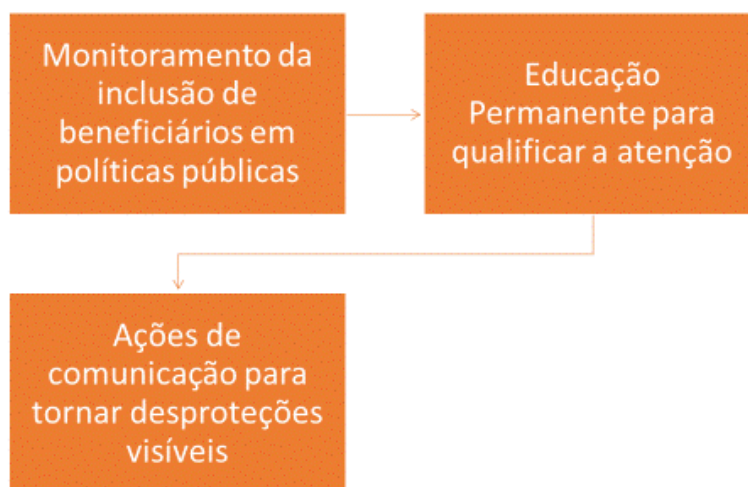
- ✓ Dialogar coletivamente com todos os profissionais sobre a necessidade de reconhecer pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade relacional como público de serviços socioassistenciais;
- ✓ Alargar o entendimento sobre as responsabilidades dos serviços e sobre demandas próprias de Assistência Social. Há forte bibliografia produzida no SUAS que pode contribuir com essa tarefa, os cadernos do Capacita SUAS e a Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos podem contribuir nessa direção, além é claro de produzir ciclos de debates sobre a Lei Brasileira de Inclusão;
- ✓ Adotar medidas com finalidade de combater preconceitos e promover o convívio com diferenças entre usuários e usuárias dos serviços;
- ✓ Valorizar saberes existentes entre as famílias, outros serviços e principalmente os adquiridos pelas pessoas com deficiência em sua trajetória para ampliar os conhecimentos das equipes e fomentar relações respeitadas e produtoras de autonomia.

essa mesma direção se estabelece para o âmbito de Serviços da Proteção

Especial, como o PAEFI e os Centros Dia. Nestes, as aquisições sociais esperadas para usuários e usuárias já tipificados em 2009, ofertam importantes parâmetros para avaliar se o acompanhamento realizado pelos serviços se efetiva na garantia de segurança de acolhimento, convivência e autonomia. Isso só é possível mediante a articulação entre ações de identificação de barreiras e diálogos entre serviços da Proteção Social Básica e Especial.

Mas, ao tratar do acompanhamento no âmbito do Programa BPC na Escola as ações são de natureza distinta e estão mais no âmbito da gestão local do que na atenção direta. Essas ações de acompanhamento, devem fazer parte do planejamento das ações intersetoriais desencadeadas pelo Grupo Gestor Local e podem ser divididas em quatro campos principais, aos quais em cada realidade serão adensadas diferentes estratégias.

Figura 4: Eixos do acompanhamento do BPC na Escola



Acompanhar intersetorialmente para monitorar a inclusão

A natureza intersetorial do Programa BPC na Escola torna ainda mais desafiante o desenvolvimento de ações de monitoramento da inclusão em diferentes políticas públicas, pois requer de saída que essa ação seja priorizada nas políticas públicas e que elas divulguem indicadores existentes e criem novos indicadores específicos que permitam observar mudanças no tempo, bem como permitam afirmar graus distintos de inclusão.

A presença das diferentes áreas no Grupo Gestor Local e os parâmetros já construídos nas diferentes políticas públicas são condições imprescindíveis para enfrentar e superar esse desafio. Nessa direção o Questionário de identificação de barreiras é um instrumento estratégico e extremamente eficaz para estabelecer processos de monitoramento da inclusão em diferentes políticas públicas.

Os dados levantados na aplicação do Questionário e inseridos no Sistema do Programa BPC an Escola são uma base temporal importante e podem indicar desafios próprios e territorializados em cada município e no Distrito Federal. Transformar as informações do Questionário em um diagnóstico territorializado com informações de demandas e garantias de acesso nas diferentes políticas é uma importante ferramenta para desenvolver aprendizados institucionais de monitoramento, que tenham como finalidade principal o disparar de ações mais planejadas e que garantam equidade.

O uso do Questionário oferta vários indicadores de avaliação da inclusão em políticas públicas

(acesso a atenção especializada na saúde, inclusão em serviços de assistência social, acesso a transporte público, condições de moradia, acesso a programas habitacionais, acesso a tecnologias assistivas, para ficar em somente alguns exemplos), mas para tal o Questionário precisa ser considerado em sua dimensão coletiva, não se trata de olhar cada caso em si, (essa é a tarefa dos serviços em cada política) mas considerar que as vivências narradas e as barreiras identificadas são expressão de demandas coletivas e territorializadas, essa é a escala própria da gestão intersectorial.

PRONTIDÃO PARA INCLUIR

Nesse ponto, reafirma-se a recomendação para que seja estabelecida uma estreita e ágil comunicação entre profissionais que aplicam o Questionário e as políticas públicas responsáveis pela atenção aos direitos de pessoas com deficiência e suas famílias, de forma a que violações que se tornam visíveis ao poder público sejam priorizadas na intervenção dos serviços.

Nesse sentido, é fundamental que, durante o período de aplicação do Questionário, o grupo gestor local mantenha uma regularidade de encontros e que haja abertura para ouvir os relatos dos profissionais.

Tais relatos podem ser organizados tendo como referência dois critérios principais: as violações e demandas mais comuns observadas e presentes nos relatos das famílias, ou seja, as maiores incidências e as situações de maior intensidade de sofrimento e violações que foram identificadas, logo, as demandas prioritárias pela gravidade observada.

Um trabalho de sistematização dos dados levantados na aplicação do questionário, somadas a instrumentos presentes nas diferentes políticas públicas oferta um arcabouço específico e significativo de informações que se monitoradas com periodicidade e debatidas publicamente, podem se constituir em um subsídio imprescindível para que as ações das políticas públicas sejam mais assertivas, logo, mais qualificadas.

Ressalte-se porém, que a natureza do acompanhamento é a temporalidade, os dados não podem ser congelados no momento da aplicação e não se constituem em conhecimento vivo e em diálogo com as experiências e narrativas de trabalhadores de diferentes áreas, com militantes de movimentos sociais e com beneficiários e suas famílias. Portanto, atualização periódica de informações é aqui considerada como uma dimensão inescapável do acompanhamento intersetorial.

No âmbito da Assistência Social, esta direção guarda relação com a função da Vigilância Socioassistencial, o Programa BPC na Escola pode ser um importante instrumento de gestão da informação para esse público específico, pois suas ações permitem a atualização de informações, inclusive no contato direto com beneficiários e com os serviços socioassistenciais. Neste aspecto a instalação da Função de Vigilância Social, como instrumento capaz de monitorar desproteções próprias do campo específico da Assistência Social, favorece sobremaneira tal monitoramento e, de outro lado, os instrumentos do Programa fortalecem a Vigilância numa perspectiva virtuosa e potencializadora de ações territoriais.

Isto porque a Vigilância Social “*consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão*” a fim de identificar as desproteções em cada território, sua incidência e as formas como se expressam. Constitui sua responsabilidade a sistematização das informações por meio de diagnóstico socioterritoriais, para garantir a atenção planejada face a cobertura e a demanda encontrada. Portanto, as informações trazidas na aplicação do Questionário adensam aquelas já existentes na Vigilância que, por sua vez, oferta outros elementos ao contextualizar a vivência desses grupos nos territórios da cidade. Essa relação se estabelece também nas demais políticas públicas, nos seus respectivos setores de produção de conhecimento e informação.

Acompanhar políticas públicas e avaliá-las é uma tarefa técnica e política fundamental, por isso é desejável que os Grupos Gestores Locais publiquem relatórios, realizem seminários e participem de ações propostas pelos Conselhos setoriais e de direitos humanos, para favorecer que esse debate ganhe cada vez mais visibilidade, e se constitua em prioridade estratégica no planejamento e na execução das diferentes áreas intersetoriais.

Ao lidar com o desafio de estabelecer e ampliar diálogos com as áreas de avaliação das diferentes políticas públicas, o Grupo Gestor Local favorece que saberes já construídos estejam à disposição do coletivo intersetorial.

Tendo em vista que ações de políticas públicas exigem investimentos e decisões políticas de diferentes atores para que sejam implementadas, o Grupo Gestor Local pode ainda contribuir para pactos intersetoriais que definirão prioridades a serem inseridas nos planos específicos de cada área e também nos planos intersetoriais estratégicos nos diferentes níveis de governo, a exemplo do “Plano Viver Sem Limite”, executado no âmbito nacional.

Ações de comunicação acessível para tornar desproteções visíveis

É preciso dar visibilidade às pessoas com deficiência e suas necessidades, essa é uma linha de intervenção que adensa uma das funções do SUAS, que é a Defesa Socioassistencial. Trata-se de uma ação de natureza política que traduz o reconhecimento da existência deste segmento como sujeitos de direitos. Para tanto, a divulgação ampla dos resultados das informações captadas por meio do Questionário é estratégica. Isto porque deve produzir a inquietação dos agentes políticos e da comunidade. Reafirma-se que este caminho de informação, conhecimento, mobilização e compromisso é determinante para que o Grupo Gestor Local possa funcionar de modo intersetorial e daí construir as ações unificadas e complementares.

Neste sentido, é desejável fazer constar no planejamento as estratégias de divulgação e apropriação dos resultados da aplicação do Questionário por toda a comunidade. Isto inclui as variadas instituições locais como Organizações Comunitárias, Movimentos Sociais, Instituições Religiosas, Entidades Sociais, Câmara de Vereadores, Secretários e Prefeitos, Ministério Público, Conselhos e outros. Tal resultado deve ser apropriado por trabalhadores, como ferramenta de sua intervenção e também deve ser devolvido aos interessados – as pessoas com deficiência e suas famílias, por meio de múltiplas estratégias. Tais estratégias empreendem visibilidade, sendo que tal desvelamento contribui para combater preconceitos, bem como favorece e viabiliza o envolvimento dos trabalhadores, o que qualificará a intervenção.

Alargar a comunicação sobre direitos e tornar de domínio público e popular o reconhecimento do direito e das obrigações para que eles sejam cumpridos exige procedimentos técnicos adequados, mas é essencialmente uma ação política.

Dialogar intencionalmente sobre ações de comunicação, com utilização de recursos de acessibilidade e garantindo a participação de pessoas com deficiência em todas as etapas, desde a análise e definição de conteúdos, é fundamental, para superar o imprevisto e as ações pontuais que, por vezes, contam com colaboradores eventuais ou mesmo voluntários que por sua preocupação com a causa terminam por se sensibilizar e produzir peças de comunicação que nem sempre tem um alcance mais ampliado.

Comunicar claramente direitos e desenvolver ações para divulga-los amplamente é assumir responsabilidades é estimular que todas as pessoas busquem os serviços, logo, é reconhecer como legítima a demanda não atendida. Esse é um movimento político fundamental para alargar acesso a direitos.

Por isso, entendemos que dentre as ações de acompanhamento da inclusão de beneficiários nos serviços, deve haver o desenvolvimento de um plano de comunicação para que barreiras sejam denunciadas e discutidas publicamente, para que violações sejam denunciadas, como também para que as responsabilidades dos serviços sejam claramente explicitadas e por fim, para

que seus resultados também possam ser divulgados, com utilização de recursos de acessibilidade, para todos os cidadãos.

A adoção de ferramentas acessíveis e populares de comunicação, aproxima políticas públicas de seus usuários, de modo que, uma política de comunicação tem que enfrentar, necessariamente, as terminologias técnicas que criam abismos e constrangimentos para os que não entendem as expressões usadas ou as empregam inadequadamente. Esse é um desafio muito importante para técnicos especialistas de diferentes áreas, distinguir, descrever e precisar deficiências e, na mesma direção, detalhar processos de trabalho das políticas e modos de com elas atuar são alguns dos conteúdos que peças de comunicação precisam contemplar.

Nesse sentido, programas de rádio, produção de vídeos, grafites, repentes, cartilhas, cartazes, histórias em quadrinhos, dentre outras inúmeras formas de comunicação acessível precisam ser exaustivamente adotadas nas ações de acompanhamento do Programa BPC na Escola, para contribuir com o enfrentamento do preconceito em relação a pessoas com deficiências, mas também e, principalmente para ampliar o acesso a direitos.

Educação Permanente para qualificar a atenção

As ações de acompanhamento no Programa BPC na Escola estão afetadas também à adoção de mecanismos de Educação Permanente que assegurem a qualificação dos profissionais de diferentes políticas públicas e ofereçam maior segurança sobre as responsabilidades universais de garantia de direitos a todos os cidadãos e todas as cidadãs brasileiras.

Esse eixo tem especial expressão no SUAS tendo em vista esforços recentes para garantir uma Política Nacional de Educação Permanente cuja direção busca assegurar a revisão das ações de capacitação de modo que o sentido da produção de novos conhecimentos se expressa na aquisição dos usuários nos serviços socioassistenciais. Essa é uma relação indissociável não há conhecimento válido se ele não servir para ampliar e garantir acesso a direitos de usuários e usuárias de assistência social.

Desse modo, para lidar com demandas próprias da Assistência Social, dentre elas a atenção a pessoas com deficiência, requer considerar que, para além dos saberes próprios da formação dessa ou daquela profissão que compõe as equipes profissionais do SUAS, é fundamental reconhecer que há saberes próprios da política pública a serem apreendidos e adensados no seu âmbito de intervenção, pois “os nexos entre educação e trabalho não se esgotam na formação prévia” (FERREIRA, 2015, p.23)

Assim, ao apontar para a necessidade de construção de conhecimentos específicos de Assistência Social, uma política de educação permanente comprometida com direitos de usuárias/os se ocupa, como objeto central, dos dilemas cotidianos que impedem ou dificultam o acesso a esses direitos, que se expressam também na vivência, como aquisição, de uma atenção profissionalizada e qualificada, compatível com suas demandas e que produza respostas ágeis e assertivas, como prevê o art. 5º do Decálogo dos Direitos Socioassistenciais.¹¹

Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade. Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial: à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infraestrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos. (CNAS, 2005)

Ao dialogar sobre ações de acompanhamento da inclusão de pessoas com deficiência em serviços as ações de Educação Permanente ganham especial relevância porque é possível afirmar que estamos diante de uma questão que se materializa como barreira de inclusão. Observa-se que em muitas localidades crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC - ou não - e suas famílias não são atendidos em serviços de assistência social, porque os profissionais afirmam não ter capacitação e conhecimento prévio para trabalhar com essas pessoas.

¹¹ Debatido e deliberado no âmbito da 7ª Conferência Nacional de Assistência Social o Decálogo dos Direitos Socioassistenciais, constitui-se em parâmetro para definir as responsabilidades próprias da Política de Assistência Social e as ações a serem desenvolvidas para responder a essas obrigações.

Essa negação da atenção em virtude da ausência de conhecimento para lidar com situações de desproteção e sofrimento, sejam elas de qualquer natureza, pode gerar um ciclo vicioso que se contrapõe as afirmativas e apostas da Educação Permanente, ao afirmar que a realização do trabalho é que produz os desafios para serem superados na intervenção, como também a partir da intervenção se desenvolve conhecimento, pois não se aprende somente previamente, uma perspectiva de valorização do usuário é também dos saberes que ele pode aportar para a política, não só sobre os seus sofrimentos, incertezas e inseguranças, mas também sobre suas potências, seus desejos e suas alegrias.

Nesse sentido, se não há uma aproximação a uma dada situação, não há como saber quais são os desafios e os saberes a serem desenvolvidos para atendê-la, de modo que se está diante de uma situação imobilizadora, *não atendemos porque não temos capacitação, mas como não atendemos não sabemos o que precisamos saber para poder atender.*

Sugere-se que os diálogos no âmbito do Grupo Gestor Local se voltem a enfrentar imobilismos, oferecendo apoio e capacitação a partir dos desafios trazidos pelo trabalho, partindo dos saberes adquiridos pelas equipes ao desenvolver o trabalho e na relação direta com usuários.

Assim, as ações de Educação Permanente voltadas à inclusão se constituem também como ações de acompanhamento porque exigem uma proximidade entre o Grupo Gestor Local e as equipes das diferentes políticas públicas para identificar desafios que a inclusão em serviços desnudam para a qualificação do trabalho e, a partir deles, propor ações intersetoriais acessíveis para enfrentá-los.

A Educação Permanente se constitui em medida de acompanhamento do Programa também para combater o que Ferreira (2015) identificou como atitude ausente, que se expressa em dois movimentos *quando a prática não cria questões para a ciência, e torna-se um obstáculo ao desenvolvimento do conhecimento [e] quando a prática gera resistência e não se apropria de conhecimentos já produzidos, o que também a empobrece tanto do ponto de vista prático quanto analítico.* (Op.Cit. p.29).

Em síntese a denominada atitude ausente se expressa para além de uma atenção desqualificada. ela pode se constituir também numa barreira para a inclusão de pessoas com deficiência nos serviços, cabe então, reconhecer quando esses processos se estabelecem e suscitar diálogos e reflexões que produzam autoanálise dos profissionais para que reconheçam quando estão aprisionados em ciclos viciosos e quando de fato há insuficiências de saberes a serem desenvolvidos em processos de Educação Permanente, estimular esse movimento é uma tarefa do Programa na qualificação das diferentes políticas públicas, o diálogo com especialistas e a disseminação de experiências em curso são aportes importantes nessa direção.

No âmbito do SUAS, essa questão está plenamente contemplada no âmbito do I Plano Decenal e foi reafirmada no II Plano Decenal em vigor, de modo que é a realização do trabalho que oferta novas questões e desafios, sem esse movimento não há como provocar a ciência a produzir novos conhecimentos.

O professor Paulo Freire, ao apontar as especificidades do ato de estudar, afirma que o ato de estudar exige uma atitude séria e responsável diante de um problema. Mas também, exige uma postura curiosa, persistente, para que seja possível, a partir do estudo, criar novas formas de intervenção e não a reprodução do já feito ou já dito, por isso, para ele, estudar é um ato revolucionário, parafraseando-o, trabalhar na assistência social e produzir atenção para quem está historicamente apartado da proteção pública também o é!

Claro está, que se o ato de estudar exige inovação, os processos de capacitação também precisam ser revistos para serem realizados em conformidade com a dimensão do compromisso a ser assumido. Desse modo sugere-se a adoção de ferramentas como grupos de estudos, rodas de conversa, visitas técnicas, estágios de observação de práticas profissionais, práticas profissionais supervisionadas por outros profissionais, supervisão técnica, oficinas participativas. Enfim, diferentes estratégias de estudos e pesquisas que não se pautem exclusivamente na transmissão de conhecimentos e tampouco se reduzam a seminários temáticos e pontuais.

Associado à estratégia é igualmente relevante que se discuta os conteúdos a serem abordados em processos de Educação Permanente, dentre os quais é bastante importante elucidar como operam os mecanismos de produção de desigualdade e a dimensão coletiva dessa produção.

Nesse sentido, sugere-se, por exemplo, que os processos de preparação de profissionais para as etapas do Programa não se restrinjam a orientar o preenchimento de formulários, mas se voltem a ampliar o entendimento sobre os direitos de beneficiários do BPC e estimulem os profissionais a adotar posturas adequadas e respeitadas em relação a esses direitos.

Atitude profissional assentada no direito se pauta pelo reconhecimento do outro, pelo acolhimento de seus sofrimentos e de suas trajetórias e pela busca incessante de ampliar campos de informações e garantir acessos. Nesse sentido, a principal recomendação a ser feita para profissionais das diferentes políticas públicas é que busquem aprender sobre o que ignoram e que não atuem pautados em senso comum. Com isso, sugere-se que desde o contato inicial para aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras tal perspectiva oriente o modo de se dirigir às pessoas com deficiência e sua família.

Para que essa postura se estabeleça, é fundamental o cuidado do Grupo Gestor Local no processo de preparação para aplicação do Questionário, recomenda-se que informações sobre deficiência sejam trabalhadas nesse momento, para que algumas características não gerem surpresas que, involuntariamente ou não, disparam expressões e atitudes que reforçam estigmas e humilhações. Como também é importante que entrevistadoras/es estejam capacitadas/os para adotar uma linguagem adequada, clara e acessível, buscar se preparar para as situações desconhecidas que se pode encontrar no momento da visita é uma boa ferramenta de preparação.

Ofertar suportes e apoios e reconhecer a fragilidade das políticas quando elas não conseguem fazer isso, dialogar sobre a condição das mulheres e sobre o quanto o Estado **transfere responsabilidade da política pública para elas**, são também discussões importantes que podem ser provocadas no âmbito do Programa nessa direção de qualificação dos serviços. É igualmente importante reconhecer a questão da desigualdade de gênero que se faz presente e o papel da família e do Estado. A primazia do Estado e sua responsabilidade na Proteção

Social é antes de tudo, mandamento constitucional. Mostrar que há uma inversão de papéis pois, o Estado se apresenta por vezes como subsidiário, é fundamental para que a postura dos agentes públicos não seja de responsabilização das famílias.

É desejável que as ações disparadas pelo Grupo Gestor Local possam ofertar aos profissionais processos que sejam capazes de gerar capacidade de problematizar o cotidiano, e que produzam também autoreflexão no agir cotidiano. Quando isso se dá, o processo de educação é então favorecedor de novas formas de aprendizagem, gera novas perguntas e coloca o trabalhador ativo na sua relação com o trabalho, de forma que, as metodologias adotadas favorecem o combate a hierarquias de conhecimento e produz interconhecimento.¹²

¹² Para Chauí (2013) a utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios. Essa direção exige reconhecer quais saberes podem ser mobilizados no trabalho social: o de usuárias/os; das equipes técnicas, de profissionais de outras políticas, do conhecimento científico existente sobre aquela dada questão.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026)**: “ Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as”. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. (b) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, 2009. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

BONFIN, Simone Maria M. A luta por reconhecimento das pessoas com deficiência: aspectos teóricos, históricos e legislativos. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.

CERQUEIRA, M.M.F., ALVES, R.O., AGUIAR, M.G. Experiências vividas por mães de crianças com deficiência intelectual nos itinerários terapêuticos. Revista Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, ABRASCO, 2016. Disponível em <https://www.scielo.org/pdf/csc/2016.v21n10/3223-3232/pt>

CHAUI, Marilena e SANTOS, Boaventura. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo, Cortez, 2013.

COUTO, Berenice Rojas. Protagonismo popular, subalternidade e direito ao trabalho: consensos e dissensos no debate da assistência social. IN: PAIVA, Beatriz Augusto (org.) Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração. São Paulo: Veras, 2014.

CRUZ, Deusina Lopes. Família, deficiência e proteção social: Mães Cuidadoras e os serviços do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Brasília: ENAP, 2011.

FERREIRA, S. Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social: gestão democrática para uma ética pública. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC, 2015.

FERREIRA, S. Educação permanente: diálogo comprometido com a direção ética do SUAS. IN CRUZ, J.F. (org.) Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta. Brasília: MDS, 2014, Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/gestao_suas.pdf

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 23.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GAUNDENZI, P. e ORTEGA, F. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. Revista Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, ABRASCO, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003061&lng=en&nrm=iso

Höher SP, Wagner ADL. A transmissão do diagnóstico e de orientações a pais de crianças com necessidades especiais: a questão da formação profissional. *Estud Psicol (Campinas)*. 2006; 23(2):113-25

LEMES, L.C. e BARBOSA, M.A.M. Comunicando à mãe o nascimento do filho com deficiência. *Revista Acta Paul Enferm. São Paulo, EPE/UNIFESP*, 2007. Disponível em <http://www2.unifesp.br/acta/pdf/v20/n4/v20n4a9.pdf>

MDS, CAPACITA SUAS Caderno 2. Proteção de Assistência Social: segurança de acesso a benefícios e serviços de qualidade. MDS, PUC/SP. Brasília: MDS, 2013.

MIOTO, R.C. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.124. São Paulo, Cortez, 2015.

MONNERAT, G. L. SOUZA, R. Intersetorialidade e Políticas Sociais: um Diálogo com a Literatura Atual. In: *A intersectorialidade na agenda das políticas sociais*. Organizadores: Giselle Lavinias Monnerat; Ney Luiz Teixeira de Almeida; Rosimary Gonçalves de Souza. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

MORAES, C.V. Do Direito à Assistência Social/Do direito à Previdência Social. In SETUBAL, J.M. e ALVES, R. *Lei Brasileira de Inclusão Comentada*. Campinas, Fundação FEAC, 2016.

NASCIMENTO, A. e FARO, A. Estratégias de enfrentamento e o sofrimento de mães de filhos com paralisia cerebral. In *Saúde e Sociedade*, nº 6, 2015.

PEREIRA, Potyara. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 77. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética. In MONNERAT, G.L. e SOUZA, R.G. *A intersectorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas, Papel Social, 2014

PIZZIO, Alex. As políticas sociais de reconhecimento como elemento de redução das desigualdades sociais. *Revista Ciências Sociais Unisinos*. 44(1):80-86, janeiro/abril, 2008.

SAAVEDRA, Giovani Agostini e SOBOTTKA, Emil Albert. *Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth*. Porto Alegre: Civitas, v.8, n.1, 2008.

SANTOS, W. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, ABRASCO, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003007&lng=en&nrm=iso

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão – Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.) *As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. São Paulo: Vozes, 2004.

SETUBAL, Joyce Marquezim e FAYAN, Regiane Costa Alves (orgs.) Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Comentada. Campinas: Fundação FEAC, 2016.

SOUZA, J. A Ralé Brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

_____. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2012

SPOSATI, Aldaíza et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. São Paulo, Cortez, 1986.

SPOSATI, Aldaíza. Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social. Revista Serviço Social e Sociedade nº 78. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. Revista Serviço Social e Sociedade nº 77. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Pobreza e programa bolsa família: uma questão de renda ou mais do que isto? Perspectivas do trabalho social com famílias beneficiárias de transferência de renda. Relatório de Pesquisa. Edital MCT/CNPQ/MEC 02/2010. São Paulo: Mimeo. PUC-SP, 2012.

_____. O cidadão pode contar com o que? Le MondeBrasil. Publicado em 01 fev. 2011. Disponível em: <http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=865>. Acesso em 15 jun.2013.

_____. Modelo Brasileiro de Proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Unesco, 2009.

SPOSATI, Aldaíza e REGULES, Luís. Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social. Caderno Capacita SUAS, nº 1. Brasília: MDS e PUC/SP, 2013.

SPOSATI, Aldaíza; CHIACHIO, Neiri e PAZ, Rosângela. Proteção de Assistência Social: seguranças de acesso a benefícios e serviços de qualidade. Caderno Capacita SUAS, nº 2 Brasília: MDS e PUC/SP, 2013.

TELLES, Vera. Direitos Sociais: afinal do que se trata? In: Cenpec Muitos lugares para aprender. São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú Social/Unicef, 2003.

TORRES, A. S. Segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na Assistência Social. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2013.

VENTURA, Tereza. Luta Social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. Curitiba: Revista Sociologia e Política, v.19, n.40, 2011.

YAZBECK, Carmelita. **A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento.** Revista Políticas Públicas. São Luiz, UFMA, 2005. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3775/1858>